

12.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

13 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 — Júri nomeado:

Presidente — Graça Maria Ferreira, Directora de Serviços Administrativos e Financeiros.

Efectivos:

1.º Vogal — Maria do Céu Tiago, Chefe da Divisão da Administração e Pessoal.

2.ª Vogal — Álvaro Marques de Miranda, Técnico Superior Jurista.

Suplentes:

1.º Vogal — José Luciano Ribeiro de Almeida, Técnico Superior Jurista.

2.º Vogal — Lúcia Leal do Paço Marques, Coordenadora Técnica de Recursos Humanos.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente aviso será publicado: na Bolsa de Emprego Público ([www.bepgov.pt](http://www.bepgov.pt)), disponível para consulta no 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do DR e no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

202476854

#### Aviso n.º 19205/2009

1 — De acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º e artigos 9.º, 50.º a 55.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (adiante designada por LVCR), e do disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (adiante designada por Portaria), se torna público que por despacho do Secretário Geral da Presidência da República de 8 de Outubro de 2009 se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal para o recrutamento e preenchimento de quatro postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizadora para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Caracterização do posto de trabalho: carreira e categoria de Assistente Operacional: Para além do conteúdo funcional constante no Anexo à LVCR, no que se refere à categoria de assistente operacional, deverá ainda assegurar funções de condução dos veículos oficiais e manutenção do seu bom estado de funcionamento e conservação.

4 — Local de trabalho

Calçada da Ajuda — Palácio de Belém — 1349 — 022 Lisboa.

5 — Remuneração:

De acordo com o artigo 55.º da LVCR, o posicionamento do trabalhador recrutado numas das posições remuneratórias da categoria será objecto de negociação com a SGPR e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

6 — Legislação aplicável:

O presente procedimento rege-se pelas disposições da LVCR, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Decreto -Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os candidatos ao presente procedimento concursal, deverão possuir uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da LVCR.

7.2 -Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade da Secretaria-Geral da Presidência da República, no caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por aplicação do disposto no número anterior, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da LVCR.

7.3 — Até ao termo do prazo de entrega das candidaturas fixado no presente aviso, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

*a*) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

*b*) 18 anos de idade completos;

*c*) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

*d*) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

*e*) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

*f*) Possuir a escolaridade obrigatória consagrada por anos: 4.ª classe — para os indivíduos nascidos até 31.12.1966 (n.º 1 do artigo 13.º do Decreto -Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro); 6.º ano de escolaridade — para os nascidos entre 01.01.1967 e 31.12.1980 (n.º 1 do artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 538/79, de 31 de Dezembro); 9.º ano de escolaridade — para os inscritos no 1.º ano do ensino básico em 1987/1988 e nos anos lectivos subsequentes (n.º 1 do artigo 63.º e n.º 1 do artigo 6.º da Lei de Bases do Sistema Educativo);

*g*) Carta de condução de ligeiros; experiência profissional comprovada em actividades semelhantes às de motorista.

8 — Impedimentos à candidatura — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviços idênticos ao posto de trabalho que se publicita neste aviso.

9 — Métodos de Selecção:

Este procedimento concursal comum de recrutamento é urgente devido à necessidade de repor os recursos humanos indispensáveis para prosseguir com as actividades inerentes à função, pelo que, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 53.º da LVCR e do n.º 2 do artigo 6.º e artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos realizarão os seguintes métodos de selecção:

Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Profissional de Selecção (EPS).

10 — Avaliação Curricular (AC) — visa analisar a qualificação dos candidatos, considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar designadamente, a habilitação académica (HA) exigida, a formação profissional dos últimos 3 anos (FP), a experiência profissional (EP) relacionada com as funções inerentes ao posto de trabalho e a avaliação de desempenho (AD) dos últimos três anos inerentes ao posto de trabalho a que se candidata. A ponderação para a valoração final da avaliação curricular é de 70%, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria.

11 — Entrevista profissional de selecção (EPS) — visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. Para cada entrevista profissional de selecção é elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles. Será elaborado um guião de questões directamente relacionadas como perfil de competências previamente estabelecido, associado a uma grelha de avaliação individual. A entrevista será avaliada segundo os seguintes níveis classificativos: Elevado — 20 valores, Bom — 16 valores, Suficiente — 12 valores, Reduzido — 8 valores e Insuficiente — 4 valores. A ponderação para a valoração final (VF) da entrevista profissional de selecção é de 30%.

$$VF = (AC \times 60\%) + (EPS \times 40\%)$$

Cada um dos métodos de selecção é eliminatório, de acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Portaria.

12 — A valoração de cada um dos métodos de selecção e a valoração final, expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando -se excluído quem tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em cada um dos métodos, bem como nas fases que o compoem e na classificação final. — A lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada nos placards da Secretaria-Geral e comunicada por carta registada a todos os candidatos.

13 — Sempre que solicitadas, serão facultadas aos candidatos, as actas do júri, com os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de selecção.

14 — Formalização das candidaturas:

14.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante formulário tipo, disponível na Secção de Expediente e Arquivo acompanhado do *Curriculum Vitae*, detalhado, datado e assinado, assim como dos documentos comprovativos da posse das habilitações literárias, das acções de formação profissional, bem como da experiência profissional detida, conforme especificado no respectivo currículo e fotocópia da carta de condução de ligeiros, bem como com declaração passada e autenticada pelo Serviço de origem da qual conste a caracterização do posto de trabalho que ocupa ou ocupou por último, no caso dos trabalhadores em situação de mobilidade especial, em conformidade com o estabelecido no Mapa de Pessoal aprovado, complementada com fotocópias das fichas do SIADAP, e da qual conste o regime jurídico de emprego público.

Os candidatos que não formalizem a respectiva candidatura nos termos aqui indicados, serão excluídos do presente procedimento.

14.2 — Os formulários de candidatura deverão ser entregues pessoalmente, após o seu correcto preenchimento, durante as horas normais de funcionamento da Secção de Expediente e Arquivo, ou remetidos através de correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, para o mesmo endereço, findo o qual não serão as mesmas consideradas.

14.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas por correio electrónico.

15 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

16 — Júri nomeado:

Presidente — Graça Maria Ferreira, Directora de Serviços Administrativos e Financeiros

1.º Vogal — Maria do Céu Tiago, Chefe da Divisão da Administração e Pessoal;

2.º Vogal — Álvaro Marques de Miranda, Técnico Superior Jurista.

Suplentes

1.º Vogal — José Luciano Ribeiro de Almeida, Técnico Superior Jurista.

2.º Vogal — Lúcia Leal do Paço Marques, Coordenadora Técnica de Recursos Humanos

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente aviso será publicado: na Bolsa de Emprego Público ([www.bepgov.pt](http://www.bepgov.pt)), disponível para consulta no 1.º dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do DR e no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

21 de Outubro de 2009. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

202476976



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

##### Despacho n.º 23581/2009

De acordo com o despacho n.º 15 896/2007, do Primeiro-Ministro, publicado *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 24 de Julho de 2007, autorizo a celebração de contratos-programa com os municípios identificados no quadro anexo, após actualização dos dados constantes das respectivas candidaturas.

A presente indicação dos municípios de Alcoutim, Baião, Lousada, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão é baseada na falta de capacidade de angariação de receitas próprias destes municípios e no facto de serem

todos concelhos situados em zonas deprimidas do interior em notória perda populacional e de estas tipologias contratuais não terem encontrado outro enquadramento financeiro.

No caso de Pombal, a presente selecção prende-se com a necessidade de financiar a reparação de equipamentos públicos que foram afectados por intempéries em 2006, com base na avaliação feita pelos Secretários de Estado da Protecção Civil e do Ordenamento do Território e das Cidades.

No que se reporta à candidatura do município de Vizela, a presente selecção deve-se à necessidade de encontrar uma tipologia contratual para apoiar a instalação deste município.

Determino ainda a publicação do presente despacho e respectivo anexo no *Diário da República*, ao abrigo do n.º 7 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

25 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

#### ANEXO

Distrito	Município	Descrição	Investimento	Comp.	Percentagem
Braga	Vizela	Projecto de modernização administrativa e de equipamentos municipais.	2 456 104,66	614 026,16	25 %
Castelo Branco	Proença-a-Nova	Novas instalações dos Paços do Concelho de Proença-a-Nova.	1 580 002,00	611 457,33	38,69 %
	Vila Velha de Ródão	Beneficiação do C. M. 1355 — IP2 — Vale do Cobre — Ladeira	1 124 044,00	562 022,00	50 %
Faro	Alcoutim	Reconstrução e remodelação do edifício dos Paços do Concelho.	649 660,00	324 830,00	50 %
Leiria	Pombal	Reabilitação das infra-estruturas e equipamentos danificados pelas inundações de 25 de Outubro de 2006.	3 441 315,46	1 032 394,63	30 %
Porto	Baião	Construção do edifício dos serviços municipais de Santa Marinha do Zêzere.	699 593,43	349 796,71	50 %
	Lousada	Plano de manutenção e reparação da rede viária municipal.	2 329 080,00	582 270,00	25 %
			12 279 799,55	4 076 796,83	